



As contribuições da Economia Solidária no contexto da Covid-19: o caso das hortas comunitárias em Araraquara (SP), Brasil

*Las contribuciones de la Economía Solidaria en
el contexto de la Covid-19: el caso de las huertas
comunitarias en Araraquara (SP), Brasil*

Sergio Azevedo Fonseca
Universidade Estadual Paulista – Araraquara
sergio.fonseca@unesp.br

Leandro Pereira Morais
Universidade Estadual Paulista – Araraquara

Caio Luis Chiariello
Universidade Estadual Paulista – Araraquara

Resumo

Neste ano de 2020, face aos acontecimentos ocasionados pela Covid-19, implicações negativas ocorreram (e ocorrem ainda) na dimensão do contato, da vivência, das condições materiais de vida, da partilha de relações. Adicionalmente, outros impactos são sentidos, no que se refere ao cotidiano dos empreendimentos de economia solidária, tanto no campo da produção e da comercialização, quanto no processo de trabalho. Diante dessa conjuntura, entende-se que a economia solidária possa contribuir com alternativas de enfrentamento desta pandemia, no curto e no médio prazos. Uma das formas remete à formulação e ao uso de tecnologias sociais passíveis de serem arquitetadas, propostas e reaplicadas em diferentes territórios. Assim, neste trabalho, a conexão entre a economia solidária, as tecnologias sociais e o enfrentamento do cenário pós-pandemia se dará a partir das hortas comunitárias urbanas e sua experiência no município de Araraquara, município situado no interior do Estado de São Paulo, no Brasil. Essa experiência é entendida como uma tecnologia social que vem ganhando força como forma de prover a segurança alimentar, sobretudo em momentos de profundas crises econômicas. A pesquisa realizada, de natureza qualitativa, encerra um caráter exploratório, delineada como pesquisa ação, tendo os dados

sido coletados por meio da pesquisa ação e da observação participante.

Palavras-Chave: crise; agroecologia; segurança alimentar; agricultura urbana; empreendedorismo popular; tecnologias sociais; governança democrática.

Abstract

In this year of 2020, in view of the events caused by Covid-19, negative implications occurred (and still occur) in the dimension of contact, experience, material conditions of life, sharing relationships. Additionally, other impacts are felt, with regard to the daily life of solidarity economy enterprises, both in the field of production and commercialization, as well as in the work process. Given this situation, it is understood that the solidarity economy can contribute with alternatives to face this pandemic, in the short and medium term. One way refers to the formulation and use of social technologies that can be designed, proposed and re-applied in different territories. Thus, in this work, the connection between the solidarity economy, social technologies and the capacity to face the post-pandemic scenario will take place from urban community gardens and their experience in the municipality of Araquara, a municipality located in the interior of the State of São Paulo, in the Brazil. This experience is understood as a social technology that has been gaining strength as a way of providing food security, especially in times of deep economic crises. The research carried out, of a qualitative nature, has an exploratory character, outlined as an action research, and the data were collected through action research and participant observation.

Keywords: crisis; agroecology; food security; urban agriculture; popular entrepreneurship; social technologies; democratic governance

JEL:Q01

Fecha de Recepción: 01/08/2020

Fecha de Aceptación: 27/08/2020

1. Introdução

A despeito das diferentes formas de se conceituar e de definir as “economias solidárias” (ou social, popular, cooperativa etc.) – formas estas que ganham contornos específicos a depender do local, bem como de sua formação histórica, política e socioeconômica – a economia solidária, no que tange ao seu construto teórico e sua aplicação em empreendimentos solidários, se baliza e contempla princípios que privilegiam o comum, a partilha, o local, o coletivo, a cooperação, o trabalho, em detrimento do isolacionismo, da atomização, da desagregação, da concorrência e da competição, sob a égide das relações de e no capital. Nessa perspectiva, a imbricação da conceituação e dos princípios da economia solidária remete à primazia da propriedade coletiva, do trabalho associado e da participação democrática.

Neste ano de 2020, o advento da pandemia do Covid-19 disseminou uma diversidade de eventos desagregadores da vida social, com implicações negativas nas dimensões do contato, da vivência, da vida material, da partilha de relações, entre outras, fruto do distanciamento e isolamento social, das sucessivas quarentenas e do resguardo domiciliar como formas de frear o avanço da pandemia.

No campo epistêmico, e das relações sociais, em que se insere o conteúdo deste artigo, outros impactos são sentidos, afetando o cotidiano dos empreendimentos da economia solidária, em suas dimensões da produção e do processo de trabalho, cenário que aponta para a perda de dinâmica econômica, da renda e do trabalho, agravando a situação desses empreendimentos, uma vez que sua fonte de vida provem das relações com mercados locais, populares, justamente aqueles mais afetados pela dimensão econômica da pandemia.

A crise, contudo, em seu sentido etimológico, representa momento de mudança, de desafio para o desenho de um cenário futuro que, desejavelmente, seja mais promissor. É aí que se situa um dos principais desafios para o movimento internacional da economia solidária, precisamente o de sinalizar para um cenário econômico e social futuro em que possam imperar os valores que estão inseridos em sua essência. Um desses valores remete à formulação e ao uso de conceito das tecnologias sociais, compreendidas como processos e frutos imersos nos conhecimentos e nas práticas cotidianas das comunidades populares. Vale registrar que a própria concepção teórica da tecnologia social está intimamente ligada à solidariedade, à cooperação e ao atendimento de demandas sociais, através da mobilização, da troca e da disseminação de saberes locais.

Neste trabalho, a conexão entre a economia solidária, as tecnologias sociais e o enfrentamento ao cenário do pós pandemia é estabelecida em um cenário empírico de hortas comunitárias, entendidas como uma tecnologia social que vem ganhando força como instrumento de promoção da segurança alimentar em condições de profunda vulnerabilidade social (Ferreira, 2019). De acordo com Biazotti (2020), as primeiras iniciativas e programas públicos de introdução de hortas comunitárias para redução da fome e da pobreza no Brasil despontaram a partir da década de 1980, quando movimentos sociais passaram a incorporar as pautas de reivindicação por alimentação popular de baixo custo nos territórios periféricos das grandes cidades.

Mais recentemente, ao longo desta última década, a agricultura urbana e as hortas comunitárias foram inseridas no planejamento territorial e na agenda de elaboração de políticas públicas de âmbito local, como elemento de segurança alimentar, preservação ambiental e ocupação de espaços urbanos.

Esse é o contexto no qual se insere o conteúdo deste artigo, que aborda uma experiência empírica da economia solidária que passou a ganhar expressão crescente no município de Araraquara (SP), com o advento da pandemia do Covid-19. A experiência refere-se a um movimento de hortas comunitárias e solidárias, que passou a adquirir caráter emergencial no enfrentamento ao agravamento das condições nutricionais de parcela significativa das populações mais vulneráveis, não apenas em Araraquara, mas no país como um todo.

Para tal, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: após esta breve introdução, o tópico a seguir discutirá aspectos da economia solidária na contingência da pandemia. Posteriormente, o tópico dois abordará as conexões entre a economia solidária, as tecnologias sociais e as hortas comunitárias para, em seguida, o tópico 3 apresentar a experiência das hortas comunitárias urbanas em tempos de Covid – 19, no município de Araraquara e as considerações finais.

2. A Economia Solidária na contingência da Pandemia

A economia solidária, no que tange ao seu construto teórico e sua aplicação em empreendimentos solidários, se norteia por princípios que privilegiam o comum, a partilha, o local, o coletivo, a cooperação, o trabalho, em detrimento do isolacionismo, da atomização, da desagregação, da concorrência e da competição, sob a égide da acumulação do capital. Destarte, a economia solidária se manifesta

a partir da livre adesão dos trabalhadores e trabalhadoras a desenvolverem atividades econômicas, mas também sociais, afetivas, comunais, de forma coletiva, ligadas ao consumo, produção, comercialização e distribuição de bens e serviços aos setores público e privado.

De forma sintética, a economia solidária tem como características a propriedade coletiva dos meios de produção, a concepção e execução dos processos de trabalho de forma associada e a autogestão dos empreendimentos pelo próprio corpo de trabalhadores-sócios (Singer, 1998, 2002; França Filho, 2002).

Lisboa (2006) aponta para princípios para a fundamentação da economia solidária em três âmbitos: *i*) Social, voltado para a identidade, pertencimento, empoderamento local, dimensões étnicas, de gênero, culturais, inclusão dos excluídos, condições laborais, condições dignas de vida; *ii*) Econômico, como nível de rendimentos, cargas de trabalho, duração da jornada de trabalho, qualificação, formação, inovação, propriedade coletiva dos meios de produção e participação na gestão; *iii*) Territorialidade, com utilização de recursos locais, intercooperação, participação na política do entorno, preço justo, práticas de consumo sustentáveis e monitoramento das cadeias produtivas.

A imbricação da conceituação e dos princípios da economia solidária permite observar a primazia da propriedade coletiva, do trabalho associado e da participação democrática. Assim, a propriedade coletiva dos meios de produção deriva para o seu uso comum, com autogestão na organização do trabalho associado nos momentos de execução e de gestão da produção e do trabalho. Ocorre o compartilhamento dos conhecimentos aplicados na geração de bens e serviços, seja para autoconsumo, seja para comercialização do excedente, de todo modo resultando na socialização dos resultados operacionais, da riqueza gerada. Essa forma coletiva de organizar a produção material remete a uma alternativa, uma resistência à hegemonia do modo de produção capitalista e seus desdobramentos (Eid et al., 2015; Dal Ri & Vieitez, 2013)

Um dos elementos mais caros à economia solidária, bem como à sua expressão por meio das experiências, reside no caráter mutual, comum, impresso desde a gênese até a constituição formal dos empreendimentos, passando pela arquitetura interna autogestionária, pela deliberação sobre quais atividades econômicas realizar, pela adoção das tecnologias aplicadas, pelas jornadas de trabalho, pelas formas de remuneração, pela organização do trabalho concreto, pela intercooperação, pela inserção em mercados, pelo acesso a políticas públicas, dentre outras. Em suma, as etapas organizativas e operacionais de um empreendimento

solidário são perpassadas pela intensa participação presencial de seus membros, partilhando espaços e atividades integradas internamente, com denso contato entre si, revestido de sociabilidade e troca de saberes, experiências, empatia, solidariedade.

É justamente nessa dimensão do contato, da vivência, da partilha de relações, que o advento da Pandemia da Covid-19 impõe seu jugo sobre as ações da economia solidária, exigindo práticas de distanciamento e isolamento social, quarentena e resguardo domiciliar como forma de restringir o contágio pelo Coronavírus ao mínimo. Tal profilaxia é recomendada pela Organização Mundial da Saúde e especialistas em epidemiologia para conter a disseminação da doença sem cura comprovada até o momento. O apartar das relações de convívio, de convergência e reciprocidade aderente entre os participantes das experiências solidárias é um complicador atual para a consolidação das atividades coletivas, já de difícil manutenção frente aos muitos desafios que lhe são inerentes, o que é agravado pela pandemia e seus desdobramentos.

Aos óbices ocasionados pela pandemia, no que se refere aos processos internos dos empreendimentos, à produção e ao processo de trabalho, somam-se o recrutamento da atividade econômica em geral, da renda e da demanda, agravando a situação desses empreendimentos, uma vez que sua renda provem das relações com mercados locais, populares, justamente aqueles mais afetados pela dimensão econômica da pandemia.

Para se ter uma ideia dos nefastos impactos socioeconômicos dessa situação pandêmica, de acordo com o mais recente Informe da Cepal (2020) sobre os efeitos da Covid-19¹, a atividade econômica global está caindo mais do que o previsto, o que implicará efeitos nocivos para a situação na América Latina e Caribe – epicentro da pandemia – região esta onde se prevê a queda do Produto Interno Bruto (PIB) em mais de 9% em 2020.

Como corolário, espera-se que: *i*) a taxa de desemprego regional alcance no final de 2020 algo em torno de 13,5%, o que representa um acréscimo de dois pontos percentuais em relação às estimativas de abril deste ano e de mais de cinco pontos percentuais em comparação ao ano de 2019; *ii*) o número de pessoas em situação de pobreza se incremente em 45,4 milhões em 2020, passando para um total de 230,9 milhões de pessoas nessa condição (ante 185,5 milhões em 2019), o que

¹ Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45782/1/S2000471_es.pdf

significa que 37,3% da população latino-americana se encontra na situação de pobreza.

Diante dessa conjuntura, urge à economia solidária, seus trabalhadores e trabalhadoras, os estudiosos do tema e seus simpatizantes, se debruçarem e refletirem acerca de alternativas no curto e médio prazos que permitam a continuidade das atividades coletivas². Estas seriam adequadas à dinâmica da Pandemia, em virtude das restrições materiais e sociais impostas, considerando que a manutenção da vida dos indivíduos e da comunidade, em especial daqueles mais vulneráveis econômica e sanitariamente, é a prioridade inquestionável.

Nesse sentido, no contexto pandêmico, França Filho (2020) advoga pela retomada da economia pela sociedade e sua democratização, acionando a redefinição do poder político popular sobre os territórios, preservando a sócio diversidade. Para o autor, um suposto conflito entre as duas urgências, a de manter a atividade econômica e a de proteger a saúde da população é falacioso, uma vez que se deve operar no nível em que os ideais democráticos e solidários se sobreponham à prioridade absoluta das questões econômicas. Rejeita-se, portanto, que o direito primordial à vida, à saúde e a um ambiente saudável seria obstáculo para um bom desenvolvimento econômico.

A própria trajetória da economia solidária registra constantes mutações e adaptações. Tanto o conceito quanto as experiências apresentam plasticidades em sua aplicação de acordo com determinada comunidade, região, país, consubstanciada por processos históricos específicos. Moraes (2013) aponta que é possível encontrar denominações como Economia Social, Sócio-economia Solidária, Economia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários, Empreendimentos autogestionários, Empresas Recuperadas, Cooperativas Populares, Bancos comunitários, Clubes de troca dentre outras, que são singulares, mas que expressam formas de organização da produção e do trabalho ancoradas nos conceitos e princípios já mencionados. Vista sob esse prisma, a capacidade de adaptação e resiliência das experiências contidas no arco da economia solidária pode ser crucial para transpor o momento delicado, ressignificando, conforme França Filho (2020), a própria dimensão e o alcance da solidariedade e da democracia.

Uma das dimensões de adequação, de adaptação dos empreendimentos de economia solidária, já extensamente debatida na literatura, remete à formulação de tecnologias sociais passíveis de serem arquitetadas, propostas, e adotadas pelos

² Para um olhar, pela perspectiva internacional, consultar: <http://unsse.org/sse-responses-to-Covid-19-information-from-the-members-and-observers-of-the-untfss/>

empreendimentos, com vistas a manejarem o aparato técnico sob sua autode-terminação. A própria concepção teórica da tecnologia social está intimamente ligada à solidariedade, à cooperação. Tem como protagonistas os trabalhadores e trabalhadoras atuando de forma solidária, autogerida, compreendendo ciência e técnica enquanto dispositivos para o aprimoramento dos bens e serviços gerados pelo trabalho associado (Dagnino, 2018). O desenho, a arquitetura da estrutura material e espacial da produção, distribuição e apropriação do excedente se dá por vontade dos trabalhadores também proprietários, sob uma proposta de adequação sócio técnica, sem comprometer os resultados operacionais.

O mesmo Dagnino (2020) expande a reflexão das tecnologias sociais para a concepção de uma “Tecnociência Solidária”, que decorre da ação do coletivo sobre os processos de trabalho exatamente em função do contexto socioeconômico em tela e de um acordo social pactuado, derivando, no ambiente produtivo, para o controle auto gestor e para a cooperação, realinhando as estruturas da produção e a apropriação do seu resultado, conforme deliberação coletiva.

Caberia, então, aos empreendimentos de economia solidária, em suas diversas modalidades, mobilizarem seus saberes e experiências, sintetizando-os para a elaboração, aplicação e validação de tecnologias sociais tanto no campo da produção, gestão e distribuição, objetivando uma maior versatilidade frente às novas dinâmicas econômicas, sociais e sanitárias impostas. No caso do presente estudo, serão apresentadas as tecnologias sociais arquitetadas por empreendimentos de hortas comunitárias urbanas, geridas coletivamente e tendo por meta solidarizar a produção de alimentos de forma a contribuir para a segurança alimentar dos seus participantes e das comunidades. Diante do quadro de pandemia, a questão vetor que se coloca é como as hortas comunitárias atuantes no município de Araraquara-SP têm desenvolvido tecnologias sociais para continuidade de suas atividades diante deste quadro adverso?

A pesquisa realizada, de natureza qualitativa, encerra um caráter exploratório, delimitada como pesquisa ação, tendo os dados sido coletados por meio da observação participante.

3. Hortas comunitárias, economia solidária e tecnologias sociais

Uma das características da economia solidária é prover dignidade aos seus trabalhadores por meio da ação coletiva nos empreendimentos. Uma das modalidades

históricas da economia solidária no Brasil são as cooperativas populares rurais em assentamentos de reforma agrária formadas a partir de movimentos sociais do campo. Nessas cooperativas busca-se promover coletivamente o sustento alimentar das famílias, sendo a produção de gêneros alimentícios para o auto-consumo uma de suas principais atividades econômicas. Mesmo avançando para a produção de excedente para comercialização, tecnicizando suas atividades agroindustriais com adoção de tecnologias sociais, acessando políticas públicas e alcançando mercados nacionais e internacionais, a questão de prover seus participantes com alimentação farta e de qualidade sempre foi a prioridade no interior das cooperativas populares rurais (Eid et al., 2015).

No contexto da pandemia, muitas cooperativas populares ligadas aos movimentos sociais do campo vêm realizando doação de alimentos saudáveis para populações em vulnerabilidade alimentar, no campo como também na cidade. Desse modo, pode-se inferir que a segurança alimentar dos trabalhadores e trabalhadoras da comunidade também é tema aderente à economia solidária.

Para além das experiências solidárias no meio rural, desenvolvendo atividades agrícolas de forma coletiva, a agricultura urbana em geral tem se mostrado um mecanismo de ocupação coletiva de espaços urbanos ociosos e mesmo de reinvenção das cidades e comunidades. Remete à iniciativa de trabalhadores urbanos, muitos deles egressos do campo, que historicamente buscam amenizar suas dificuldades alimentares.

A agricultura urbana, de acordo com a FAO (2014), deve ser reconhecida como dinamizadora do desenvolvimento sustentável das cidades, em seus aspectos produtivos e de abastecimento, incluindo vínculos rurais e urbanos entre produtores, consumidores e comunidade, na promoção de ambientes verdes. A perspectiva de agricultura urbana, segundo Smit (1996) e Mougeot (2000), abarca atividades agrícolas desenvolvidas em meio urbano e integrada nesse ecossistema, via manejo da terra, desenvolvimento sustentável, uso de águas, bem como de sistemas alimentares operacionalizados pelos hortelãos. A agricultura urbana e periurbana é definida por fatores locais, escala de produção, produtos, destinação, atividades econômicas desenvolvidas, apoiadas em sinergias no ecossistema urbano de captação de água da chuva, compostagem, reutilização de resíduos sólidos originados da construção de jardins e hortas, para disponibilização de gêneros alimentícios e não-alimentícios para consumo próprio ou mesmo comercialização do excedente. Paralelamente, as hortas comunitárias vêm se inserindo na agenda política dos municípios como políticas públicas, pois alinhadas aos Objetivos

de Desenvolvimento Social – ODS, dentre os quais redução da pobreza - ODS1, sendo uma forma de agricultura urbana sustentável - ODS2 e ODS 11 (Santos et al., 2019; Gonçalves et al., 2019).

Eis aqui uma interessante e pertinente questão: a contribuição da economia solidária para a implementação dos ODS nos respectivos territórios. Como se sabe, os empreendimentos de economia solidária oferecem vantagens específicas para abordar os desafios sociais, econômicos e políticos, incluindo a coesão social, o “empoderamento” e o reconhecimento de uma economia plural. Primeiro, pois são organizações que frequentemente são criadas de baixo para cima, emergindo dentro das comunidades locais. Segundo, pois permitem uma participação significativa de voluntários, que frequentemente desempenham um papel importante na criação e na fase inicial das cooperativas. Terceiro, pois suas atividades geram excedentes, que são distribuídos aos seus proprietários (Morais & Bacic, 2020).

Consequentemente, a estrutura de governança também tende a ser mais inclusiva e democrática, dando voz a diferentes tipos de parceiros (trabalhadores, cooperados, voluntários, usuários etc.) dentro do processo de tomada de decisões coletivas, permitindo o empoderamento das comunidades e a oferta e demanda de serviços locais.

Tais características fazem com que as Nações Unidas reconheçam a economia solidária como um dos caminhos auxiliares que podem contribuir para a construção de “modelos” de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis, atualmente expressos pelos ODS. Isso porque os ODS são integrados e mesclam as três dimensões do desenvolvimento territorial sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Vale lembrar que os ODS compõem um conjunto ambicioso de dezessete objetivos e 169 metas, definidos e desenvolvidos por meio de um amplo diálogo entre os estados membros das Nações Unidas, autoridades locais, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas.

Para Utting (2018), um foco na economia solidária necessariamente atende o objetivo dos ODS de “não deixar ninguém para trás”, redirecionando a atenção para os territórios locais e os grupos vulneráveis e enfatizando, assim, a cidadania ativa e a democracia participativa, que são essenciais nas demandas dos grupos marginalizados. Isso deriva do fato de que a economia solidária atua diretamente com as pessoas e em seus territórios, garantindo uma abordagem “*bottom-up*” e com estreito vínculo com as demandas reais das comunidades.

Ainda conforme o autor, vários relatórios identificaram ligações entre a economia solidária e os objetivos específicos e convocaram governos e organizações

multilaterais para incluir a economia solidária em suas discussões e planejamento relacionado aos meios de implementação³. Cabe ressaltar também que Utting (2018) relacionou quatro áreas temáticas dos ODS: segurança alimentar/agricultura sustentável, acesso a serviços sociais, empoderamento econômico das mulheres e emprego/trabalho digno.

Em se referindo especificamente às hortas comunitárias, de forma sinóptica, no quadro 1 pode-se caracterizar as modalidades e os espaços urbanos para o desenvolvimento de hortas comunitárias.

Quadro 1. Espaços e áreas de implantação de Hortas Comunitárias

Espaços Públicos	Áreas de propriedade municipal, estadual e federal Instituições: Escolas e creches, Hospitais, postos de saúde, presídios, Não edificáveis: espaço lateral de estradas, avenidas, linhas férreas, faixa sob linha de alta tensão, margens de curso de água Verdes urbanos: praças, parques, canteiros de vias públicas
Espaços Privados	Lotes vagos ou abandonados, terrenos baldios, lajes e tetos de edificações, quintais residenciais, pátios, áreas verdes em condomínios e conjuntos habitacionais, etc

Fonte: Biazotti, 2020 - Elaborado pelos autores.

Desde a década de 1980, em regiões da América Latina, África e Ásia, a agricultura urbana vem ganhando força como forma de segurança alimentar frente a momentos de profundas crises econômicas (Ferreira, 2019). Segundo Biazotti (2020), no Brasil, no período que vai de 1980 a 2000, observou-se as primeiras iniciativas e programas públicos de introdução de hortas comunitárias para redução da fome e da pobreza nas cidades, quando movimentos sociais passaram a também incorporar as pautas de reivindicação por alimentação popular de baixo custo nos bairros e moradias em regiões carentes. Já de 2000 a 2019, a agricultura urbana e as hortas comunitárias se inserem no planejamento territorial e na agenda de elaboração de políticas públicas de âmbito local, como fatores de segurança alimentar e preservação ambiental, como formas de ativismo político e ocupação de espaços urbanos.

³ Esses documentos podem ser acessados em: [http://www.unrisd.org/80256B3C005BB128/\(httpProjects\)/51FF4ADFC37CEE3DC125829500498071?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BB128/(httpProjects)/51FF4ADFC37CEE3DC125829500498071?OpenDocument)

Pode-se afirmar que a agricultura urbana aplicada na construção coletiva das hortas comunitárias é uma realidade, implicando o questionamento sobre o tipo de cidade em que se deseja viver, as relações sociais com a natureza que se busca estabelecer. A temática das hortas comunitárias adentra no debate do direito sobre a cidade, direito coletivo, que representa um exercício de poder coletivo no processo de urbanização (Harvey, 2014). Uma distinção na concepção de agricultura urbana se encontra em McIntock (2014), para quem as experiências podem ter diferentes nuances: *i*) hortas institucionais, quando instaladas em espaços públicos ou privados, mediadas por instituições para complementar outras atividades assistenciais, filantrópicas, educacionais ou confessionais, mobilizando um aspecto pedagógico no uso do espaço urbano e as questões alimentares e nutricionais; *ii*) hortas de guerrilha, quando as atividades nos espaços de cultivo são revestidas de uma perspectiva ativista e política, visando denunciar aspectos da segurança alimentar, desenvolvimento urbano irregular, especulação imobiliária, monopólios da indústria alimentícia, propondo uma redefinição do espaço urbano e fortalecendo a noção de comunidade como expressão política.

Nessa perspectiva, é apresentado, a seguir, o caso das hortas comunitárias que vem se consolidando no município de Araraquara, município situado no Estado de São Paulo, na região sudeste brasileira.

4. Hortas comunitárias em Araraquara: experiências solidárias e tecnologias sociais para a agroecologia e a alimentação popular saudável

4.1 O município de Araraquara (SP): breve apresentação de seu ecossistema para a economia solidária

De acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o município brasileiro de Araraquara, localizado na região administrativa central do Estado de São Paulo, com uma área 1.003,63 km², tem uma população de 236 mil habitantes (2019), possui o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 7,98 bilhões (2017) e uma renda per capita de R\$ 39 mil (2017).

Em sua estrutura produtiva destaca-se a agroindústria, principal âncora da sua economia. Têm relevância também os ramos de confecções, têxtil e metal mecânico. Os segmentos relacionados às atividades agroindustriais de processamento de cítricos, de açúcar e álcool, prevalecem e dão dinâmica à economia local.

Na indústria metal mecânica, pontificam empresas vinculadas ao segmento agroindustrial, recentemente complementadas pelo segmento aeronáutico, com a implantação, no início do século, de uma unidade da Embraer em município vizinho. Na metalurgia também tem importância, desde a década de 1970, o setor de geração de energia. Adicionalmente, vale mencionar que a cidade de Araraquara é um importante polo de comércio e prestação de serviços para toda a região, com destaque para a existência de universidades e centros de pesquisa.

Em se tratando especificamente da economia solidária no município, de acordo com Fonseca et al. (2014), o primeiro passo para a organização deste foi dado em 2004, quando da criação, na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp – FCLAR, do Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – NEESC. Em 2005, a Prefeitura Municipal criou a Coordenadoria da Economia Solidária, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em fins de 2007, com a publicação de um edital de chamada de projetos no contexto do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC (programa do governo federal) foi criada uma incubadora de empreendimentos de economia social e solidária no campus de Araraquara da Unesp, em parceria com um grupo de professores e estudantes do campus de Franca da mesma Universidade.

Conforme registro de Fonseca e Grigoletto (2012), a aprovação do projeto, em fins de 2008, representou o fator motivador para o início das atividades da Incubadora, embora as condições materiais somente tenham sido criadas em 2011. Dentre as atividades, destaque deve ser dado ao Fórum de Economia Solidária de Araraquara, ocorrido em 2008, ocasião na qual os grupos trocaram experiências. O principal resultado do Fórum, contudo, foi a elaboração e a aprovação da Carta de Princípios da Economia Solidária de Araraquara. Outra importante conquista desse período foi a aprovação da Lei Municipal da Economia Solidária, em fins de 2009. Essa Lei representou uma garantia para que as ações de ESS fossem mantidas, a despeito da mudança do governo na gestão subsequente.

O ano de 2017 passou a representar um marco para o movimento da economia solidária de Araraquara. As principais sinalizações foram dadas pela nova administração municipal, que assumiu o mandato na prefeitura em janeiro. Merecem destaque, como medidas sinalizadoras, as seguintes iniciativas e ações:

- a) Fortalecimento e dinamização da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária, inclusive com a sua transformação em **Coordenadoria Executiva de Trabalho, Economia Criativa e Solidária;**

- b) Realização da **1ª Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara/SP**, com o tema “Desenvolvimento econômico local com trabalho decente: geração de renda e inclusão social”, organizada de forma coletiva pelo poder público e a sociedade civil, onde foram debatidas e deliberadas propostas que subsidiaram a elaboração do Plano Plurianual 2018-2021 e do Plano Municipal de Economia Solidária;
- c) Como decorrência da Conferência, a criação do **Sistema Municipal de Economia Criativa e Solidária**;
- d) Inclusão, no texto da Lei Orçamentária Anual do município para 2018, de um total de cerca de R\$ 986 mil, destinados a investimentos e despesas correntes aplicáveis no âmbito da economia criativa e solidária;

É importante registrar, ainda, que o atual prefeito é também Vice-Presidente da **Frente Nacional de Prefeitos em Economia Solidária**⁴ que, por sua vez, possui um estreito diálogo com a **Rede de Gestores**, ambas organizações atuantes com vistas a contribuir para a criação de espaços para o debate e a proposição de meios adequados para fomentar o desenvolvimento da economia solidária e estimular parcerias, entre as prefeituras e os governos estaduais e federal.

Outro marco importante para o movimento ecossistêmico da economia solidária em Araraquara em 2017 se deu do ponto de vista acadêmico, em seu tripé ensino – pesquisa e extensão. Naquele ano, na mesma faculdade (FCLAR), reativou-se, sob nova roupagem, um Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania, o NEPESC. Esse núcleo, formado sobretudo por estudantes dos cursos de Administração Pública, Ciências Econômicas e Sociais, bem como pelos pesquisadores que assinam este artigo, partindo-se dos preceitos da autogestão, vem realizando uma série de projetos de pesquisa e de extensão na região, um dos quais o das hortas comunitárias.

Evidencia-se, dessa trajetória, que a economia solidária é estratégica no território, como forma de geração de renda, de organização, de produção e de relacionamento social mais justa, eqüitativa, nas dimensões humana, social, cultural, política e econômica.

Adicionalmente, é importante complementar que a gestão pública de Araraquara, iniciada em 2017, estabeleceu como meta a construção de uma “cidade participativa e solidária”, buscando implantar um programa de governo dividido

⁴ <https://www.facebook.com/FrenteNacionaldePrefeitos/>

em 04 eixos principais: “Gestão democrática e participação popular”, “Transparência e controle social”, “desenvolvimento e sustentabilidade”, “Qualidade de vida e efetivação de direitos sociais”. Importantes decisões foram tomadas a partir do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais (tais como os de idosos, jovens, mulheres, igualdade racial, pessoas com deficiências e população LGBT). Tais instrumentos garantem um amplo processo de debates, com a participação da população, que delibera o plano de investimentos para o exercício orçamentário do ano seguinte, adotando uma prática de transparência na gestão e de controle público. Toda a elaboração programática busca estar em sintonia com os ODS, desde os eixos que orientam as políticas públicas, passando pela proposta de gestão democrática e controle social (Silva, 2017). Nesse sentido, a atual gestão do município se pauta pela necessidade do fortalecimento da economia solidária, concebendo-a como instrumento de organização da economia local e regional, bem como estruturante de responsável pela adoção de novos valores nas relações da sociedade local.

4.2 A trajetória do movimento de hortas comunitárias em Araraquara

Uma expressão empírica da economia solidária que passou a ganhar expressão crescente no município de Araraquara com o advento da pandemia do Covid-19 é a correspondente às hortas urbanas, que passaram a adquirir caráter emergencial no enfrentamento ao agravamento das condições nutricionais de parcela significativa das populações mais vulneráveis, não apenas em Araraquara, mas no país como um todo.

A experiência cujo desenrolar é ora relatado teve início em 2016, em um território localizado na zona norte de Araraquara, precariamente urbanizado anos antes por meio do programa Minha Casa Minha Vida, tendo recebido o nome de Residencial Valle Verde. O território começou a receber os seus primeiros moradores em 2015, passando a se constituir na região mais populosa entre os territórios vulneráveis de Araraquara, perfazendo mais de 5 mil moradias, com aproximadamente 22 mil habitantes em 2019. Dos residentes no território, em 2018, 773 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. O perfil predominante é constituído por mulheres de baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto), chefes de famílias monoparentais. Quando do início da ocupação, o território era desprovido de aparelhos públicos como escolas, creches, praças ou postos de saúde, além de ocupar uma área que, originalmente, era legalmente protegida como destinada a reflorestamento e preservação de mananciais.

Naquele início de 2016 um grupo de moradores, com proximidade de vizinhança, iniciou o plantio de uma pequena horta em fundo de quintal, em aproximadamente 90 m², para auto abastecimento de hortaliças aos participantes do grupo. A ideia logo vingou e motivou os participantes da iniciativa a buscarem alternativas para a expansão e a ampliação da produção, com vistas a suprir necessidades alimentares dos demais moradores do território. Em janeiro de 2017 a oportunidade de expansão passou a adquirir ares de realidade, quando o mesmo grupo de moradores vislumbrou a possibilidade de ocupar um terreno público ocioso, que vinha sendo utilizado como depósito ilegal de resíduos – verdadeiro lixão a céu aberto. Nesse mesmo ano, de 2017, o nível de organização já adquirido pela comunidade propiciou a criação da Associação Horta Comunitária da Zona Norte, que passou a organizar mutirões comunitários dominicais, pelos quais foi realizada, em um primeiro momento, a limpeza do terreno – de aproximadamente 6.300 m².

Passo seguinte foi o plantio de mudas de hortaliças em um pequeno espaço do terreno, com mudas adquiridas no comércio, com recursos dos próprios participantes. Nessa altura, o grupo se deu conta de que não dispunha de pontos de água para fazer a irrigação da horta. Recorreu ao Departamento Autônomo de Água e Esgoto do município – DAAE, sendo atendido com a instalação de um ponto e uma cota mensal de água. Resolvido o problema da água, o novo desafio do grupo foi buscar meios alternativos e criativos capazes de atraírem e mobilizarem os moradores do bairro, notadamente jovens, para atuarem em caráter permanente, e com disciplina comunitária, nas atividades da horta. O primeiro grupo focal foram as crianças que ficavam na rua e que, movidas pela curiosidade, começaram a se aproximar, atraídas por manifestações de capoeira, maracatu, samba de côco e outros batuques da cultura popular, que passaram a ocorrer regularmente aos domingos pelas manhãs.

Não demorou a que os pais e responsáveis comesçassem a se aproximar, em um primeiro momento para verificar o que as crianças faziam e, na sequência, para se engajar nas práticas coletivas. A curiosidade logo chamou a atenção de número crescente de pessoas, não apenas residentes no bairro, mas de outros territórios do município. Os frutos logo, embora não em pouco tempo, começaram a ser colhidos: além do abastecimento alimentar, tornou-se perceptível o empoderamento da comunidade, a transformação social, a redução do descarte irregular de resíduos, o resgate e a valorização da cultura e da arte popular, o reconhecimento,

pela população do bairro, da importância do diálogo com educação e formação e o significativo aumento da autoestima da comunidade.

Não demorou para a iniciativa chamar a atenção da universidade. A oportunidade para o estabelecimento de uma cooperação da universidade com a comunidade surgiu ao final de 2018, quando da publicação, pelo CNPq, da Chamada nº 36/2018 – A – Desenvolvimento de Tecnologia Social. Na ocasião, a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Unesp, submeteu um projeto denominado “Corredor verde agroflorestal: tecnologia social para o plantio e a produção de alimentos saudáveis, com geração de renda, recuperação de manancial urbano e educação socioambiental em área de alta vulnerabilidade social no município de Araraquara (SP)”.

O projeto se fundamentou em cinco campos conceituais articulados:

Produção agroecológica: conjunto de princípios socioambientais aplicáveis às práticas agrícolas, com valorização dos saberes populares e tradicionais, capazes de nortear as atividades realizadas em hortas comunitárias;

Educação alimentar e nutricional: conjunto de conhecimentos que visam a promover hábitos alimentares saudáveis e o combate ao desperdício de alimentos, que vêm sendo disseminados no território;

Inovações em tecnologias sociais: conjunto de conhecimentos, gerados pelo diálogo e a interação entre os saberes eruditos (da universidade) e populares, que aprimoram os fazeres populares (as tecnologias sociais), agregando valor aos mesmos;

Empreendedorismo: atributo pessoal ou coletivo que, combinando conhecimentos, criatividade e iniciativa, propicia a geração perene de trabalho e renda;

Economia solidária: compreende uma diversidade de atividades econômicas e sociais realizadas sob a égide da cooperação e do mutualismo; é conceito e princípio nuclear e norteador do projeto, devendo se materializar não apenas no fortalecimento do associativismo, como também na criação de redes de produção, distribuição e comercialização.

As atividades em cooperação da universidade com a comunidade tiveram início no primeiro semestre de 2019, com o aporte de recursos do projeto para a aquisição de equipamentos e insumos capazes de dinamizar as atividades produtivas na horta, sob a coordenação da Associação Horta Comunitária da Zona Norte.

Ao longo do ano de 2019, um conjunto de atividades foram realizadas, com destaque para:

- O plantio de 1500 mudas de espécies arbóreas nativas na APP da nascente do Ribeirão das Cruzes, principal manancial urbano de Araraquara;
- A limpeza e o preparo do solo em área de 6.230 m², para ocupação pela Associação Horta Comunitária da Zona Norte;
- O plantio de 1200 mudas de espécies arbóreas no terreno da horta, criando ambiente propício ao conceito de agroecologia;
- A disseminação de conhecimentos e de técnicas para o melhor aproveitamento dos alimentos, com impactos diretos sobre a redução de desperdícios;
- A instalação de uma composteira, no terreno da Horta Comunitária da Zona Norte, para o depósito de restos de alimentos, passíveis de serem biodegradados e transformados em fertilizante orgânico;
- A revitalização do Horto de Plantas Medicinais da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, da Unesp de Araraquara.

Ao final do mesmo ano despontou a oportunidade para a expansão territorial das hortas urbanas, com a criação, pela Prefeitura Municipal de Araraquara, do Programa Municipal de Hortas Comunitárias – “Colhendo Dignidade”, sancionado pela Lei Municipal nº 9.834, de 12/12/2019 que, em uma primeira etapa, irá instalar hortas urbanas em cinco bairros abrangidos pelo Programa Municipal Territórios em Rede, a maior parte dos quais na zona norte do município.

Outras duas frentes de atuação emergiram a partir do advento da pandemia do Covid-19. A primeira, resultante da necessidade de contribuir para a melhoria das condições de vivência e de segurança alimentar e nutricional de grande número de estudantes de baixa renda residentes na Moradia Estudantil da Unesp em Araraquara. Com o início do período de quarentena imposto pelo Covid-19, número não desprezível dos 128 estudantes residentes acabou permanecendo na Moradia, por dificuldades ou impedimentos (sobretudo de renda) de diversas ordens para retornarem às suas cidades de origem. Surgiu daí a iniciativa de instalar uma horta comunitária em terreno de aproximadamente 500 m², situado aos fundos das casas da moradia, e que vem sendo mantido ocioso há anos. A segunda frente corresponde a um conjunto de hortas domiciliares, instaladas com apoio de recursos do CNPq, após o início da quarentena imposta pela pandemia do Covid-19, em cerca de 30 residências periféricas, situadas no território do Valle Verde e nos municípios vizinhos de Américo Brasiliense e Matão.

Numa próxima etapa, passível de ser projetada, vislumbra-se a possibilidade de, uma vez mais, articulando as comunidades populares e suas organizações sociais autônomas com a universidade e o poder público municipal, criar condições propícias e meios operacionais apropriados para o estímulo e o apoio para a criação e a instalação de empreendimentos sociais populares, individuais e coletivos, capazes de agregarem valor à produção das hortas, por meio do beneficiamento e da comercialização dos futuros excedentes produtivos.

Passou a ganhar, com esse conjunto de iniciativas, o movimento municipal de hortas comunitárias e solidárias, um caráter de permanente expansão e enraizamento no tecido social de Araraquara. Ao articular as dimensões epistêmicas da economia solidária, das tecnologias sociais, da agroecologia, da educação alimentar e nutricional e do empreendedorismo popular, o movimento adquire uma qualidade sistêmica superior, ultrapassando a fronteira da simples produção de alimentos e galgando ao status daquilo que Dagnino (2020) qualifica como tecnociência solidária.

5. Considerações finais

O objetivo do presente artigo reside em apresentar a discussão contemporânea, em contexto pandêmico, sobre o papel da Economia Solidária, em seus aspectos teóricos e empíricos, em emular ações e atividades de caráter econômico, produtivo, comercial, de geração de trabalho e renda, mas também recuperar sua vertente indutora de uma sociabilidade, de uma partilha, da comunhão de vivências e experiências. Esta última voltada por vezes para a (re)conexão de uma comunidade com seus valores formativos, de coletivos com suas demandas por melhoria das condições de vida, da dádiva nas relações intensas com e na natureza, concebendo o trabalho humano na sua aceção de transformação do meio, mas também de transformação de si mesmo.

Sob esta perspectiva foram debatidas as contribuições de experiências de Economia Solidária sedimentada nos valores da solidariedade, da autogestão e da democracia, no que tange às soluções técnicas, de gestão e de distribuição para soluções de óbices econômicos, sociais e, como nos casos empíricos apresentados, de sobrevivência via segurança alimentar.

Nesse âmbito, a Economia Solidária pode se mostrar como uma forma de arranjo coletivo que ultrapassa a dimensão da reprodução material, se espalhando

para o questionamento das tecnologias tradicionais, mediante construção e adoção de tecnologias sociais, formuladas a partir das experiências do trabalho concreto dos atores envolvidos. Tais tecnologias sociais seriam adequadas para as questões de relevo de curto, médio e longo prazos, alinhadas com práticas harmoniosas que preservem a natureza, em aderência com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em particular, na experiência empírica de criação de horta comunitária em local onde é latente a vulnerabilidade socioeconômica, transfigurando um espaço de despejo de detritos de construção civil e outros materiais em um espaço de arte, conhecimento e segurança alimentar, pode apontar para uma guinada concreta e simbólica das possibilidades da Economia Solidária. A arquitetura de hortas comunitárias em espaços de quintais domiciliares, no contexto do isolamento dado pela Covid-19, remete à adoção de uma tecnologia social de pulverização da produção, mas resguardando o caráter solidário de seu propósito, que é produzir para suprir necessidades alimentares. Por fim, a inserção de uma horta comunitária no espaço de uma moradia estudantil representa a preocupação dos estudantes para com sua segurança alimentar bem como do seu entorno.

Tendo em vista as experiências locais aqui retratadas, bem como o registro da literatura e dos movimentos contemporâneos para formação de hortas comunitárias, espera-se o aprofundamento da investigação sobre sua ocorrência, seus desdobramentos e seu protagonismo na dinâmica da Economia Solidária.

Referências Bibliográficas

- Biazoti, A. R. (2020). Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- Dal Ri, N. ; Vieitez, C. (2013). Protagonismo do trabalho associado e educação. In: Schmidt, C.; Novaes, H. T. Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, p. 145–175.
- Dagnino, R. (2018). Em busca de um conceito de tecnologia social aderente à Economia Solidária. In: Silva, R. B.; Tait, M.; Novaes, H. T.; Fraga, L. S. Suleando a retomada com tecnociência social: o pensamento de Renato Dagnino. Florianópolis: Insular, p 171-195.

- Dagnino, R. (2020). *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. 2ª ed. Marília: Lutas Anticapital, 161p.
- Eid, F; Addor, F; Chiariello, C. ; Laricchia, C; Kawakami, A. (2015). Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 11, p. 1, 2015.
- FAO.(2014). *Growing greener cities: in Latin América and Caribe*. Rome: ONU.
- Ferreira, G. (2019). *Pelo direito à cidade: políticas públicas e hortas urbanas em Florianópolis*. *História Unicap*, v. 6, n. 12, Recife.
- Fonseca, S. A.; Grigoletto, F. (2012). Altos e baixos de uma incubadora de empreendimentos solidários: o caso da INCONESP, de Araraquara. In: Almeida, L. L. de; Araújo, M. A. M. de. (Orgs.). *Incubadora de cooperativas populares: as experiências da Unesp*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 1, p. 31-38.
- Fonseca, S. A.; Gushiken, O. H.; Grigoletto, F.; Lorenzo, H. C. (2014). Panorama da economia solidária em Araraquara. In: Casagrande, E. E., Jardim, M.C. . (Org.). *Araraquara dos anos 2000: uma perspectiva a partir de diferentes olhares*. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 1, p. 127-143.
- França Filho, G. (2002). *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais*. Bahia Análise & Dados. Salvador: p.9-19.
- França Filho, G.; Magnelli, A.; Eynaud, P.(2020). Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. *Revista NAU Social*. v.11, n.20, pp.167-184, Salvador, 2020.
- Gaiger, L.. (2004). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- Gonçalves, K.; Nascimento, A.; Aquino, S.; Ribeiro, A.; Vils, L. Ferreira, M. (2019). Percepção de Consumidores de Feiras Orgânicas da cidade de São Paulo (SP). *RAMA - Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 12, p. 76-89.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mclintock, N. (2014). Radical, reformist and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Local Environment Journal*, v.19, n. 2, pp.147-171.

- Morais, L. . (2013). *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado).
- Morais, L., Bacic, M. (2020). Social and solidarity economy and the need for its entrepreneuring ecosystem: current challenges in Brazil. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 98, pp. 5-30.
- Mougeot, L. (2000). Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. *Cities Feeding People Series*, v 31, pp. 1–62.
- Santos, L.; Nascimento, A.; Francos, M.; Régis, M. (2019). Agricultura Urbana: O Caso da Horta Comunitária Orgânica do Parque Previdência, no Município de São Paulo, SP. In: Oliveira Jr, J. (Org.) *Análise crítica das ciências biológicas e da natureza*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 1-17.
- Serafim, M.; Dias, R. (2013). Agricultura urbana: análise do Programa Horta Comunitária do Município de Maringá (PR). In: Costa, A. (Org.) *Tecnologia Social e Políticas Públicas*. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, p.133-152.
- Singer, P. (1998). *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Smit, J.; Nasr, J.; Ratta, A. (1996). *Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities*. 1. ed.: The Urban Agriculture Network/UNDP.
- Utting, P. (2018). *Achieving the sustainable development goals through social and solidarity economy: incremental x transformative changes*. Geneve: Knowledge Hub Working Paper. UN Task Force on SSE, 2018. Disponível em: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/DCE7DAC6D248B0C1C1258279004DE587?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/DCE7DAC6D248B0C1C1258279004DE587?OpenDocument)